



## LEI Nº 1.057/ 2020

**Ementa:** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FERREIROS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a presente Lei.

### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, e na Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município de Ferreiros para o exercício de 2021, compreendendo:

- I - as metas e prioridades, metas fiscais e riscos fiscais da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- VII - as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo;
- VIII- as disposições relativas à dívida pública do Município;
- IX- a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- X- as disposições sobre transparência fiscal; e
- XI - as disposições finais.

### CAPÍTULO I AS METAS E PRIORIDADES, METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE 2021

#### Seção I Das Prioridades e Metas

Art.2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário constante desta Lei.

Art. 3ºAs prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2021, respeitadas as disposições constitucionais e legais, terão precedência na alocação de recursos na Lei do Orçamento Anual de 2021, bem como na sua execução, não se constituindo, entretanto, em limite à programação de despesas, observadas as seguintes diretrizes gerais:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros/PE - CEP 55880-000

Fone: (81) 3657.1156 | Fone/Fax: (81) 3657.1111

CNP.: 11.361.870/0001-02



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://stc.e/pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-a011-987053524bca

PREFEITURA  
FERREIROS

I - aprimoramento dos investimentos na área da saúde, com ampliação da rede física, humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica;

II - ampliação do acesso à educação básica, melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, com ampliação e requalificação da rede física, atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores e diretores de escolas municipais, expansão de programas de saúde na escola e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do Município;

III - garantia da mobilidade e da acessibilidade no espaço urbano, expansão das intervenções em vias urbanas;

IV - melhoria das condições de segurança pública no Município, sobretudo em seus próprios espaços públicos e criação de uma rede municipal de prevenção social da violência;

V - estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com projetos de infraestrutura, otimização dos processos de licenciamento e regularização, possibilitando ambiente acolhedor ao empreendedor, expansão dos programas de qualificação de jovens, ampliação das perspectivas de turismo de lazer, cultura e negócios no Município;

VI - melhoria do acesso aos serviços públicos e à informação, elevando a qualidade do atendimento ao cidadão e aperfeiçoando o relacionamento com a população, valorização e aprimoramento do desempenho profissional dos servidores e empregados públicos municipais, por meio da melhoria nas condições de trabalho, da capacitação;

VII - fortalecimento da política habitacional de interesse social, por meio da ampliação de programas habitacionais, com viabilização de novas moradias, reassentamentos, melhorias urbanísticas e ambientais;

VIII - aprimoramento do processo do Orçamento Participativo para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão, garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente;

IX - promoção da recuperação e preservação ambiental, notadamente por meio de ações voltadas para a despoluição de cursos d'água e redução de inundações, desenvolvimento urbano ordenado e melhoria das condições urbanísticas, ambientais e econômicas da cidade por meio da revitalização de espaços urbanos, garantia dos serviços de limpeza urbana e expansão dos serviços de coleta; garantia do ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, revitalização dos principais corredores viários e garantia dos serviços de manutenção necessários aos espaços públicos da cidade, melhoria da qualidade ambiental, da informação e das infraestruturas;

X - promoção, apoio e incentivo à formação cultural, ao acesso da população aos bens e atividades culturais de forma integrada às outras políticas sociais do Município, apoio às iniciativas de criação e produção artístico-culturais da sociedade, promoção de medidas de preservação dos marcos e espaços de referência simbólica e da história da cidade e recuperação e valorização do patrimônio cultural;



Art. 4º As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2021 são as constantes do anexo I que integra esta Lei.

## Seção II Das Metas Fiscais

Art. 5º As Metas Fiscais, constantes do Anexo II que integra esta Lei, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, de receitas e de despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2021 e para os dois seguintes, bem como a avaliação do cumprimento de metas referidas no § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, por meio dos demonstrativos abaixo:

- I - demonstrativo I - metas anuais
- II - demonstrativo II – avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;
- III - demonstrativo III – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - demonstrativo IV – evolução do patrimônio líquido;
- V - demonstrativo V – origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;
- VI - demonstrativo VI – avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos;
- VII - demonstrativo VII - estimativa e compensação da renúncia de receita;
- VIII - demonstrativo VIII - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º No Anexo de Metas Fiscais, os demonstrativos descritos nos inciso I a VIII do caput estão estruturados de acordo com os critérios nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, consoante manual de elaboração aprovado pela Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, e instruídos com metodologia e memória de cálculo para metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo 2, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 6º Durante o exercício será avaliado o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas para cumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

## Seção III Dos Riscos Fiscais

Art. 7º Os Riscos Fiscais, constantes do Anexo III que integra esta Lei, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros/PE - CEP 55880-000

Fone: (81) 3657.1154 | Fone/Fax: (81) 3657.1111

CNP.: 11.361.870/0001-02



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://stc.e-pec.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-a011-987053524bca

§1º Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Os orçamentos para o exercício de 2021 destinarão recursos para reserva de contingência, não inferiores a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o referido exercício.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º. O projeto de lei orçamentária do Município de Ferreiros, relativo ao exercício de 2021, deve assegurar os princípios de justiça, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, devendo o Governo Municipal promover audiências públicas;

III - o princípio de transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º. Na Lei Orçamentária de 2021, a despesa será discriminada por programas, órgãos executores, natureza da despesa e fontes de recursos.

§ 1º Os programas serão os seguintes:

I - 3000 – Câmara Municipal;

II - 3001 - Gestão Pública; *QUALIDADE E CONSTRUINDO O FUTURO*

III - 3002 – Ferreiros Mais Saudável;

IV - 3003 – Previdência Própria;

V - 3004 - Ferreiros Cidadã: Ações Sociais;

VI - 3005 - Acesso à Educação Básica e Qualidade do Ensino;

VII - 3006 – Difusão Cultural e Desenvolvimento Esportivo e de Lazer;

VIII - 3007 – Cresce Ferreiros; e

IX - 3008 - Ferreiros Integrado.

§ 2º A despesa, quanto à sua natureza, segundo o art. 6º da Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001 e alterações posteriores, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação e elemento de despesa.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros/PE - CEP 55880-000

Fone: (81) 3657.1156 | Fone/Fax: (81) 3657.1111

CNP.: 11.361.870/0001-02



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://stc.eec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-a011-987053524bca

§ 3º As fontes de recursos de que trata o “caput” deste artigo compreendem:

- I - Tesouro Livre - Administração Direta;
- II - Tesouro Livre - Administração Indireta;
- III - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Educação - MDE;
- IV - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Saúde;
- V - Vinculados por Lei;
- VI - Tesouro - Contrapartida;
- VII - Recursos Vinculados / Convênios e Contratos; e
- VIII - Operações de Crédito.

Art. 10 Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - subtítulo, o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

II - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional;

III - órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

IV - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

V - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactua a execução de ações com transferência de recursos financeiros;

VI - produto, bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

VII - unidade de medida, utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

VIII - meta física, quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

I - alterações do produto e da finalidade da ação; e

II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.



§ 3º A meta física deve ser indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o respectivo projeto, atividade ou operação especial, devendo ser estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e do montante de recursos alocados.

§ 4º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 6º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município e seus fundos, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema Contabilidade Pública Integrado - SCPI.

Art.12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1ª esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal (F) e da Seguridade Social (S).

§ 2º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND 2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);
- V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e
- VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 15, será classificada no GND 9.

§ 4º O identificador de Resultado Primário (RP) tem como finalidade auxiliar a apuração do superávit primário previsto no art. 2º, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa.

§ 5º Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§ 6º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:





I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas;

§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 7º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II - Transferências a Municípios (MA 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

IV - Aplicações Diretas (MA 90); e

V - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 8º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação "a definir" (MA 99).

§ 9º. É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação "a definir" ou outra que não permita sua identificação precisa.

Art. 13 Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º Não caracteriza infringência ao disposto no **caput**, bem como à vedação contida no inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

Art. 14. O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, até o dia cinco de outubro, a proposta Orçamentária Anual do Município de Ferreiros/PE (LOA) para o exercício seguinte, e compor-se-á de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei Orçamentária Anual;



III. Tabelas explicativas, a que se refere o inciso III do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei no 4.320, de 1964; e

b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 7º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;

V - Demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

VI - Relação de projetos e atividades constantes do projeto de lei orçamentária, com sua descrição e codificação, detalhados no mínimo por categoria econômica, pelo grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

VII - Anexo dispendo sobre as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

VIII - Anexo com demonstrativo da compatibilidade da programação dos respectivos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei;

IX - Reserva de contingência, estabelecida na forma desta lei;

X - Demonstrativo com todas as despesas relativas à dívida pública;

§ 1º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual conterà:

I. Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa, observado, na previsão da receita, o disposto no artigo 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

III. Demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

IV. Demonstrativo do cumprimento das disposições da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V. Justificativa para eventuais alterações em relação às determinações contidas nesta lei.

§ 2º Os quadros e tabelas da proposta orçamentária deverão ser encaminhados em suporte físico que permita o imediato processamento eletrônico dos dados, sem prejuízo da apresentação usual, devendo os Poderes Executivo e Legislativo prover os recursos necessários ao adequado processamento dessas informações.

§ 3º O Poder Executivo tornará disponíveis, por meio da Internet, cópia da proposta orçamentária, cópia da lei orçamentária e respectivos anexos, até 10 (dez) dias após sua







publicação e relatório resumido da execução orçamentária até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 15. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do caput do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo no Projeto e na Lei Orçamentária de 2021 a, no mínimo, 1% (um por cento) e 0,5 (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, respectivamente, sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

### CAPÍTULO III DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

#### Seção I Diretrizes Gerais

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

§ 3º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 4º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão, orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 5º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II - ações de caráter sigiloso;





- III - ações que não sejam de competência do Município, nos termos da Constituição;
- IV - clubes e associações de agentes públicos, ou quaisquer outras entidades congêneres;
- V - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- VI - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta;
- VII - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;
- VIII - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas a moradia, hospedagem, transporte ou atendimento de despesas com finalidade similar, seja sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação;

Art. 18. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2021 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto nos arts. 2º e 3º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

- a) as despesas mencionadas no art. 4º; e
- b) os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o § 1º do art. 59; e

III - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual 2018-2021. FUTURO

§ 1º Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles, constantes ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2020, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos àqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 poderá considerar modificações constantes de projeto de lei do Plano Plurianual 2018-2021.



## Seção II

### Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo

Art. 20. A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo, até 5 de setembro de 2020, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A Câmara Municipal elaborará a sua proposta orçamentária na forma das suas diretrizes e objetivos, observando que o total da despesa, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete inteiros por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2020.

§ 2º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

§ 3º A remuneração dos servidores do Poder Legislativo não deverá ultrapassar o subsídio do Chefe do Poder Executivo, nos moldes do art. 37, XI, da Constituição Federal.

I - Na fixação dessa remuneração, a Câmara deverá observar, simultaneamente, o total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, além dos percentuais incidentes sobre o somatório das receitas tributárias e das transferências efetivamente realizadas no exercício anterior, previstas nos art. 153, §5º, 158 e 159 da Constituição Federal.

II - a despesa com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 6% da Receita Corrente Líquida do Município, conforme os art. 19 e 20 da LC 101/00.

III. Não será permitido à Câmara Municipal gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os subsídios dos vereadores e proventos de inativos, nos termos do art. 29-A, §1º, da Constituição Federal.

§ 4º À Câmara de Vereadores enviará a Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar n° 101/2000.

§ 6º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

Paragrafo único - O repasse dos recursos à Câmara de Vereadores, relativo ao mês de janeiro de 2021, poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2020, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2021, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal para repasses de fundos ao Poder Legislativo.





### Seção III Dos Débitos Judiciais

Art. 21. O orçamento para o exercício de 2021 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100 da Constituição Federal, art. 87 do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

§ 1º Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2020, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2021, conforme determina a Constituição Federal.

§ 2º A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo periodicamente oficiar aos Tribunais para conferir os registros.

§ 3º Para fins de acompanhamento, o Setor Jurídico do Município examinará todos os precatórios e instruirá os setores envolvidos.

### Seção IV Do Orçamento da Seguridade Social

Art. 22. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social:

I - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal; e

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas e de fundos, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no caput.

§ 1º As receitas de que trata o inciso III do caput deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

### Seção VII Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 23. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto do Poder Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.



§1º Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do caput deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM e outros;
- V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;
- VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de adicional, conforme definido nos incisos I e II do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2021, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea "a" do inciso IV do caput do art. 14, a identificação das parcelas já utilizadas, em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 6º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2021;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, será publicado, junto com o Relatório Resumido Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2021, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2020.



§ 8º No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 6º deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.

§ 9º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2021 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 10 Não se incluem no limite de suplementação previsto no § 9º as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo.

§ 11 As emendas feitas ao projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 12 Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no percentual mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 24. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2021 serão submetidas ao Prefeito, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 4º do art. 23. **VIVEREMOS O PRESENTE E CONSTRUÍMOS O FUTURO.**

§1º Será através de Decreto a execução da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total da lei orçamentária para o exercício de 2021.

§2º Não se incluem no limite de suplementação definido em ato normativo do Poder Executivo as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde - SUS e do Sistema municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo.



Art. 25. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Parágrafo Único. Os grupos de natureza de despesa decorrentes da abertura ou reabertura de créditos extraordinários durante o exercício, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, poderão ser alterados, justificadamente, por ato do Poder Executivo, para adequá-los à necessidade da execução.

Art. 26. Os Anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2021.

Art. 27. Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2021 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização da Câmara Municipal.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no §2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio de cada Poder, até 15 de fevereiro de 2021, observado o disposto no art. 26.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 10, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa Gestão Pública.

### SEÇÃO VIII TÍTULO E FUNDADO Da Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 30. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem, conterão, em reais:

I - metas quadrimestrais para o superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrando que a programação atende à meta estabelecida no art. 2º;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela



Secretaria de Finanças do Município, as contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, as concessões e permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias e as demais receitas, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, ou custeadas com receitas de doações e convênios, e, incluídos em demonstrativo à parte, os restos a pagar, distinguindo-se os processados dos não processados; e

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 31. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará mediante relatório, ao Poder Legislativo, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2021.

§ 2º Os Poderes do Município, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 3º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o **caput** ser divulgado na internet e encaminhado à Câmara Municipal.

#### VENDO O PRESENTE Seção IX RUINDO O FUTURO Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 32. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2021 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2020, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

- I - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
- II - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária.
- III - Pessoal e Encargos Sociais;
- IV - Serviço da dívida; e
- XII - despesas com apoio ao transporte escolar.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2021 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.





§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2021 na Câmara Municipal e da execução prevista neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2021, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 40% (quarenta por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 3º As programações não contempladas nos incisos do caput poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2021, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO IV  
**AS DISPOSIÇÕES PARA AS TRANSFERÊNCIAS**  
 Seção I  
**Das Transferências para o Setor Privado**  
 Subseção Única  
**Das Subvenções Sociais**

Art. 33. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art.16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo Único. A certificação de que trata o caput poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente; ou

II - dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

- a) atenção à saúde aos povos indígenas;
- b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
- c) combate à pobreza extrema;
- d) atendimento às pessoas com deficiência; e
- e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV - Vírus da Imunodeficiência humana, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.



## Seção II Disposições Gerais

Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas no art. 33 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

- I - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;
  - II - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congêneres, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;
  - III - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;
  - IV - publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
  - VI - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos três anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pelo concedente;
  - VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;
- VIVENDO O PRESENTE - CONSTRUINDO O FUTURO**
- VIII - manutenção de escrituração contábil regular;
  - IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade em face do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;
  - X - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades; e
  - XI - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.



## CAPÍTULO V

### DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

#### Seção I

#### Das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 35. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2021, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2020, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

Art. 36. Os Poderes do Município disponibilizarão e manterão atualizada, nos respectivos sítios na internet, no portal "Transparência" ou similar, tabela, por órgão, com os quantitativos, por níveis e o total geral, de:

I - cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e postos militares, agrupados por nível e denominação;

II - cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública municipal, agrupados por nível e classificação; e

III - pessoal contratado por tempo determinado, observado a legislação vigente.

P R E F E I T U R A

§ 1º A tabela a que se refere o caput obedecerá ao modelo a ser definido pelo Poder Executivo, em conjunto com o Poder Legislativo.

§ 2º Não serão considerados como cargos e funções vagos, para efeito deste artigo, as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária de 2021 dotações necessárias à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei.

Art. 37. No exercício de 2021, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 36;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no art. 35.



Art. 38. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;

§ 1º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia.

§ 2º Excetua-se do disposto neste artigo a transformação de cargos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

§ 3º Fica o Poder Público autorizado a criar cargos e admitir pessoal mediante concurso público de provas ou provas e títulos, e contratação temporária por excepcional interesse para atender as necessidades da administração direta, indireta e empresas públicas.

Art. 39. Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a título, de civis ou militares, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2021, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O anexo a que se refere o caput conterà autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada na Câmara Municipal até 31 de agosto de 2020, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:

**VIVENDO O PRESENTE E CONSTRUINDO O FUTURO**

I - quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de Lei, ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e

III - especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, ou a lei correspondente.

§ 2º O anexo de que trata o § 1º considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2021 e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização.



Art. 40. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes do Município, deverão ser, obrigatoriamente, publicados e disponibilizados nos sítios dos respectivos órgãos na internet.

Parágrafo único. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Art. 41. Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos.

§ 1º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado a que se refere o caput, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, deverão ser classificadas no GND 1, salvo disposição em contrário constante de legislação vigente.

§ 2º O disposto no § 1º do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, não se constituindo em despesas classificáveis no GND 1.

## CAPÍTULO VI

### DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### Seção I

#### Disposições Gerais sobre Adequação Orçamentária das Alterações na Legislação

Art. 42. As proposições legislativas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará, quando solicitados por Presidente da Câmara Municipal, prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão competente da Poder Executivo e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 3º A remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no caput.



§ 4º Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumento despesa em matéria de iniciativa privativa; e

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição, concedendo aumento que resulte em somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição.

## Seção II Alterações na Legislação Tributária e das Demais Receitas

Art. 43. Somente será aprovado o projeto de lei que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada. |||

§ 1º A criação ou alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

§ 2º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação.

Art. 44. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, que sejam objeto de proposta de emenda, de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2021:

- I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e
- II - será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até sessenta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos trinta dias subsequentes

§ 3º O atendimento de programação cancelada nos termos do § 2º far-se-á por intermédio da abertura de crédito suplementar.

§ 4º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2021 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução n° 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.



Art. 45. Sem prejuízo do disposto no art. 44, as estimativas de receita constantes do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão considerar as desonerações fiscais que serão realizadas e produzirão efeitos no exercício de 2021.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO

### Seção Única Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 46. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2021 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 47. A Câmara Municipal poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos e convênios com indícios de irregularidades graves.

## CAPÍTULO VIII AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

## P R E F E I T U R A CAPÍTULO IX

### A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 49. Não compete ao Município de Ferreiros estabelecer política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento. **CONSTRUINDO O FUTURO**

## CAPÍTULO X DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Art. 50. Os Poderes do Município divulgarão e manterão atualizada, na página do órgão concedente na internet, relação das entidades privadas termos dos arts. 33 a 34, contendo, pelo menos:

- I - nome e CNPJ;
- II - nome, função e CPF dos dirigentes;
- III - área de atuação;
- IV - endereço da sede;
- V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;
- VI - órgão transferidor; e
- VII - valores transferidos e respectivas datas.



### Seção Única

#### Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 51. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2021 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ Parágrafo Único. Serão divulgados na internet:

I - pelo Poder Executivo:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3o, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2021, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;
- c) a Lei Orçamentária de 2021 e seus anexos;
- d) os créditos adicionais e seus anexos;
- e) a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações e respectivos subtítulos, identificando a programação classificada com identificador de resultado primário;
- f) até o sexagésimo dia após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, cadastro de ações contendo, no mínimo, o código, o título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, desde que as alterações não ampliem ou restrinjam a finalidade da ação, consubstanciada no seu título constante da referida Lei;
- g) demonstrativo, atualizado mensalmente, de contratos, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria referentes a projetos, discriminando as classificações funcional e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou o conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações de recursos efetuadas e a efetuar;
- h) posição atualizada mensalmente dos limites para empenho e movimentação financeira por órgão do Poder Executivo; e

II - pelos Poderes, no sítio de cada Poder, o Relatório de Gestão, o Relatório e o Certificado de Auditoria, o Parecer do órgão de controle interno, em até trinta dias após seu envio ao Tribunal.

Art. 52. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4o do art. 9o da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até três dias da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro,





relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

## CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. A execução da Lei Orçamentária de 2021 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§1º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2021 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução n° 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 2º Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no percentual mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução n° 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 54. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no **caput**.

§ 2º Com vistas a assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei nº 4.320, de 1964, a contabilidade:

- I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e
- II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

Art. 55. Para os efeitos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;
- II - entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;
- III - na execução das despesas na ante vigência da Lei Orçamentária de 2021, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e
- IV - os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.





Art. 56. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.


Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública municipal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, bem como parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público e organizações sociais, conforme Lei Municipal e demais disposições legais aplicáveis, inclusive observância da Resolução TC nº 020/2005, do TCE-PE.

Parágrafo Único: Os Programas, Projetos, Atividades e Ações constantes da Lei Orçamentária Anual poderão ser realizados através de Consórcios Públicos instituídos na forma da Legislação Federal específica.

Art.58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ferreiros-PE, em 03 de novembro de 2020.

  
**Bruno Japhet da Matta Albuquerque**  
Prefeito  
**FERREIROS**  
VIVENDO O PRESENTE E CONSTRUINDO O FUTURO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros/PE - CEP 55840-000

Fone: (81) 3657.1156 | Fone/Fax: (81) 3657.1111

CNPJ: 11.361.670/0001-02

# ANEXO I

# Prioridades e

# Metas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2021



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2021  
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

ANEXO I

<b>PROGRAMA</b>
3000 - CÂMARA MUNICIPAL

<b>OBJETIVO</b>
Melhorar as condições de trabalho do Poder Legislativo e de suas unidades de suporte técnico-administrativo para atingir maior eficácia no exercício de suas funções por meio de adequação da estrutura administrativa e de capacitação dos servidores.

<b>UNIDADE RESPONSÁVEL</b>
Câmara Municipal

Denominação				
AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO.	Unid	Unidade	01	CÂMARA MUNICIPAL
P AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS DIVERSOS E VEÍCULOS.	Unid	Equip. e materiais permanentes adquiridos	05	
A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	Unid	Manutenção	01	
A MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	Unid	Manutenção	01	
A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	Unid	Manutenção	01	
A INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Unid	Manutenção	01	
A DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Unid	Manutenção	01	
A DESPESAS DE SENTENÇAS JUDICIAIS	Unid	Manutenção	01	
A DESPESAS COM PARCELAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	Unid	Manutenção	01	



<b>PROGRAMA</b>
<b>3001 - Gestão Pública</b>

<b>OBJETIVO</b>
Manter o bom funcionamento das ações administrativas. Dotar a administração municipal de meios adequados para consolidar-se no centro de excelência de gestão pública.

<b>UNIDADE RESPONSÁVEL</b>
Gabinete do Prefeito
Controle Interno
Secretaria Municipal de Administração
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal da Mulher

### Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
A MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	UNID	Unidade	01	Gabinete do Prefeito
P REEQUIPAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO	UNID	Unidade	01	
A DIVULGACAO DOS ATOS DO EXECUTIVO	UNID	Unidade	120	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	UNID	Unidade	01	Controle Interno
A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	UNID	Unidade	01	Secretaria de Finanças
A MANUTENCAO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	UNID	Manutenção	01	Secretaria de Administração
A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA GUARDA MUNICIPAL	UNID	Manutenção	01	
A MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	UNID	Manutenção	01	
A ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19	UNID	Unidade	13.000	
A CAPACITAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO	UNID	Unidade	300	
A ENCARGOS COM A PREVIDENCIA SOCIAL GERAL - INSS/FGTS	UNID	Unidade	13	Secretaria de Finanças
A ENCARGOS COM A PREVIDÊNCIA PRÓPRIA - FUMAP	UNID	Unidade	13	



A	PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS	UNID	Unidade	10	Secretaria da Mulher
A	PARCELAMENTO DE OBRIGAÇÕES MUNICIPAIS	UNID	Unidade	10	
A	ENCARGOS COM O PASEP	UNID	Unidade	12	
A	MANUTENCAO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DA MULHER	UNID	Manutenção	100	

**PROGRAMA**  
**3002 - FERREIROS MAIS SAÚDAVEL**

**OBJETIVO**  
 Manter o bom funcionamento das ações de saúde do município. Ampliar e qualificar a rede de atendimento de saúde, no que tange à sua infraestrutura e seus serviços de saúde e de gestão, bem como as suas políticas de promoção e de prevenção.

**UNIDADE RESPONSÁVEL**  
 Secretaria Municipal de Saúde

Denominação					
AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR	
P REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO	Unid	UNIDADE	09	Secretaria Municipal de Saúde	
P AQUISICAO DE VEICULOS PARA FROTA DE SAUDE DO MUNICIPIO	Unid	UNIDADE	05		
P REFORMA E REVITALIZACAO DE UNIDADES DE SAUDE - UBS	Unid	UNIDADE	05		
P REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE UNIDADE MISTA DE SAÚDE - MAC	Unid	UNIDADE	01		
A GESTAO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	30		
A MANUTENCAO DOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES - MAC/FAEC	Unid	Manutenção	30.000		
A PROGRAMA DE ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA - ESF	Unid	UNIDADE	50.000		
A PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - PACS	Unid	UNIDADE	48.916		
A PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB	Unid	UNIDADE	6.074		
A PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITÁRIA	Unid	UNIDADE	50		
A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS	Unid	UNIDADE	5.524		



A	PROGRAMA FARMACIA BASICA	Unid	UNIDADE	23.742
A	AUXÍLIO A PORTADORES DE DOENCAS QUE NECESSITEM - TFD	Unid	Manutenção	160
A	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA	Unid	Manutenção	
A	MANUTENCAO DO LABORATORIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS	Unid	Manutenção	553.
A	MANUTENCAOPARA AS ATIVIDADES DO CAPS SAUDE MENTAL	Unid	Manutenção	600
A	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA COVID-19	Unid	Manutenção	01



**PROGRAMA**

**3003 - PREVIDÊNCIA PRÓPRIA**

**OBJETIVO**

Direcionar ações com o objetivo de viabilizar e desenvolver a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Município.

**UNIDADE RESPONSÁVEL**

Fundo Municipal de Previdência

**Denominação**

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
A GESTAO DAS AÇÕES DO FUNDO DE APOSENTADORIAS	UNID	UNIDADE	01	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA
A ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	UNID	UNIDADE	01	
E RESERVA DO RPPS	UNID	UNIDADE	01	





**PROGRAMA**  
3004 - FUNDOS SOCIAIS

**OBJETIVO**

Manter o bom funcionamento das ações sociais do município. Melhorar efetivamente a qualidade de vida das famílias de baixa renda com ações integradas. Transferência de renda, suplementação alimentar, atendimento emergencial para desempregados e capacitação para jovens, possibilitando meios para a superação da situação de vulnerabilidade.

**UNIDADE RESPONSÁVEL**

Secretaria Municipal de Assistência Social  
Fundo Municipal da Infância e da Juventude

**Denominação**

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAL.)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
A GESTAO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Unid	Unidade	25	Secretaria Municipal de Assistência Social
A SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SC.FV	Unid	Unidade	311	
A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS VINCULADOS AO FMAS	Unid	Unidade	05	
A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PESSOAS CARENTES	Unid	Unidade	100	
P PROGRAMA DE APOIO A MORADIA POPULAR	Unid	Unidade	100	
A PROGRAMA MUNICIPAL DE FORTALECIMENTO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	Unid	Unidade	100	
A MANUT DO PROGRAMA ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA - PAIF	Unid	Unidade	500	
A ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDM	Unid	Unidade	1.000	
A AÇÕES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	Unid	Unidade	200	
A MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSIST. SOCIAL - CRAS	Unid	Unidade	1.150	
A MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSIST.SOCIAL - CREAS	Unid	Unidade	200	
A MANUTENÇÃO DOS CENTROS TECNOLÓGICOS	Unid	Unidade	01	
A ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO COVID-19 NO SUAS	Unid	Unidade	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE	Unid	Unidade	01	



A	MANUT DO CONSELHO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE	Unid	Unidade	01	Infância e Juventude
A	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Unid	Unidade	01	

**PROGRAMA**  
**3005 - ACESSO A EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO**

**OBJETIVO**  
 Garantir às crianças, adolescentes, jovens e adultos o acesso à educação visando, bem como a formação permanente dos profissionais de educação. Dar continuidade aos investimentos da infraestrutura física e pedagógica da rede para atender a demanda da educação básica.

**UNIDADE RESPONSÁVEL**  
 Secretaria Municipal de Educação

**Denominação**

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P CONSTRUCAO E REVITALIZACAO DE UNIDADES ESCOLARES	UNID	UNIDADE	07	Secretaria Municipal de Educação
P REEQUIPAR AS UNIDADES DE ENSINO	UNID	UNIDADE	07	
P AQUISICAO DE VEICULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	UNID	UNIDADE	06	
A IMPLANTACAO DE CENTROS DE TECNOLOGIA MUNICIPAL	UNID	UNIDADE	01	
A RENOVACAO DO ACERVO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES	UNID	UNIDADE	350	
P CONSTRUÇÃO E AMPLIACAO DE QUADRAS ESPORTIVAS EM AMBIENTES ESCOLARES	UNID	UNIDADE	03	
P IMPLANTACAO DE LABORATORIO DE CIENCIAS	UNID	UNIDADE	01	
P AQUISICAO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA BANDA MARCIAL E FANFARRAS PARA ESCOLAS	UNID	UNIDADE	60	
A AQUISICAO DE KIT MATERIAL ESCOLAR DE APOIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO BASICO E EJA	UNID	UNIDADE	1.845	
A AQUISICAO DE MATERIAL DIDATICO E LITERARIO DE APOIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO BASICO E EJA	UNID	UNIDADE	969	



A	AQUISICAO DE LIVRO DIDATICO PARA APOIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO BASICO E EJA	UNID	UNIDADE	140
A	GESTAO DAS ACOES DA SECRETARIA DE EDUCACAO	UNID	MANUTENÇÃO	20
A	MANUTENCAO DO ENSINO BASICO	UNID	MANUTENÇÃO	1.845
A	PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE E MAIS EDUCACAO	UNID	MANUTENÇÃO	2.245
A	PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	UNID	MANUTENÇÃO	393
A	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	UNID	UNIDADE	1.845
A	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL- 40%	UNID	UNIDADE	1.845
A	PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	UNID	UNIDADE	393
A	MANUTENCAO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS	UNID	MANUTENÇÃO	1.001
A	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 60%	UNID	UNIDADE	1.845
A	PROGRAMA DE CAPACITACAO E HABILITACAO DE PROFESSORES	UNID	UNIDADE	03
A	PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - TRANSP. ESTADO	UNID	UNIDADE	393
A	PROGRAMA DE FORMACAO INICIAL DE PROFESSORES	UNID	UNIDADE	03
A	PROGRAMA DE FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E EJA	UNID	UNIDADE	03
A	PROGRAMA DE FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO INFANTIL	UNID	UNIDADE	04
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	UNID	UNIDADE	30
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	UNID	UNIDADE	1.894
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO PDDE	UNID	UNIDADE	10

Secretaria Municipal de Educação



PROGRAMA  
3006 - DIFUSÃO CULTURAL E ESPORTIVO E DE LAZER

**OBJETIVO**

Manter políticas de desenvolvimento para o município, impulsionar as atividades agrícolas com ênfase na agricultura e agropecuária, fomentar e prospectar oportunidades de parcerias e de captação de investimentos para impulsionar o desenvolvimento econômico do município, com geração de emprego e renda para a população.

**UNIDADE RESPONSÁVEL**

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Secretaria Municipal de Esportes

**Denominação**

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
A FORTALECIMENTO E APOIO DA CULTURA POPULAR E TODAS AS LINGUAGENS ARTISTICAS E CULTURAIS	UNID	UNIDADE	30	Secretaria de Cultura de Turismo
A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE FEIRAS DE ARTESANATO	UNID	UNIDADE	12	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE CULTURA	UNID	MANUTENÇÃO	30	
A APOIO A ATIVIDADES E FOMENTO A EVENTOS, SEMINARIOS E FORUNS	UNID	UNIDADE	15	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ARTISTICOS CULTURAIS	UNID	MANUTENÇÃO	15	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	UNID	MANUTENÇÃO	15	
A CAPACITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ARTISTAS, ARTESANOS E OUTRAS LINGUAGENS CULTURAIS	UNID	UNIDADE	10	
A PROGRAMA MUNICIPAL DE INICIAÇÃO A EDUCAÇÃO E CULTURAS EM DIVERSAS LINGUAGENS	UNID	UNIDADE	10	
A MANUTENÇÃO DO REFERENCIAL HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DA CIDADE, INCLUINDO RESTAURAÇÃO E REVITALIZAÇÃO	UNID	MANUTENÇÃO	15	



A	MANUTENÇÃO DO CENTRO CULTURAL MANOEL PUTINGA	UNID	MANUTENÇÃO	20	SECRETARIA DE ESPORTES
A	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ESPORTES	UNID	MANUTENÇÃO	20	
A	PROMOCAO DE JOGOS ESTUDANTIS	UNID	UNIDADE	30	
A	PROMOCAO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS	UNID	UNIDADE	30	

**PROGRAMA**

007 - CRESCE FERREIROS

**OBJETIVO**

Ampliar e manter as políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural do município. Integrar todas as ações municipais que tratam de intervenções na ambiência e na estruturação urbana, visando à qualificação da mobilidade e da implantação de novos loteamentos, à valorização do patrimônio cultural e natural e à melhoria do saneamento ambiental.

**UNIDADE RESPONSÁVEL**

Secretaria Municipal de Agricultura  
 Secretaria de Meio Ambiente

**Denominação**

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P MANUTENCAO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	UNID	MANUTENÇÃO	01	Secretaria Municipal de Agricultura
P DISTRIBUICAO DE SEMENTES E MUDAS	UNID	UNIDADE	1.000	
A LOCACAO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	UNID	UNIDADE	05	
A PROMOCAO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO, ABASTECIMENTO INCL FEIRAS	UNID	UNIDADE	15	
A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E ASSEMELHADOS	UNID	UNIDADE	05	
P DISTRIBUICAO DE FERRAMENTAS E INSUMOS PARA OS AGRICULTORES	UNID	UNIDADES	700	
A CAPACITACAO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	UNID	UNIDADE	100	



A	MANUTENCAO DE POCOS ARTESIANOS, CONSTRUCAO DE BARREIROS E PEQUENOS ACUDES	UNID	UNIDADE	250	Secretaria D Meio Ambiente
A	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE INDUSTRIA E COMERCIO	UNID	MANUTENÇÃO	01	
A	MANUTENCAO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	UNID	MANUTENÇÃO	.	
A	PROGRAMA MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO RESIDUOS SOLIDOS - PGRS	UNID	UNIDADE	30	



#### OBJETIVO

Promover o acesso universal ao patrimônio cultural, esportes, lazer e turismo, bem como qualificar equipamentos recreativos e culturais, garantindo meios de ampliação, adequação e conservação.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo  
 Fundo Municipal de Desenvolvimento Social - FEM

#### Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P CONSTRUCAO DE GINASIO POLIVALENTE DE ESPORTES	UNID	UNIDADE	02	SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
P MODERNIZACAO E REEQUIPAMENTO DOS SERVICOS URBANOS	UNID	UNIDADE	40	
P CONSTRUCAO E RECUFERACAO DE CALCADAS E PASSEIOS PÚBLICOS	UNID	UNIDADE	60	
P CONSTRUCAO DE REPOSICAO DE CALCAMENTO, INCLUSIVE MEIO-FIO	UNID	UNIDADE	60	
P PAVIMENTACAO E RECAPEAMENTO ASFALTICO	UNID	UNIDADE	15	
P CONSTRUCAO, REFORMA E REVITALIZACAO DE PRACAS E PARQUES	UNID	UNIDADE	05	



P	REFORMA, AMPLIACAO E ILUMINACAO DO ESTADIO MUNICIPAL	UNID	UNIDADE	02	
P	CONSTRUCAO E REFORMA DE CASAS POPULARES	UNID	UNIDADES	100	
P	CONSTRUCAO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	UNID	UNIDADES	10	
P	CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE GALERIAS PLUVIAIS	UNID	UNIDADE	120	
P	REVITALIZACAO DE PRACAS E AREAS DE LAZER	UNID	UNIDADE	06	SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
P	CONSTRUCAO DE MINI-CAMPO PARA FUTEBOL SOCIETY	UNID	UNIDADE	01	
P	SANEAMENTO BASICO E INFRA-ESTRUTURA DE LOTEAMENTO POPULARES	UNID	UNIDADE	20	
P	PAVIMENTACAO E DRENAGEM DO LOTEAMENTO DO PARÁ	UNID	UNIDADE	15	
P	REFORMA E AMPLIACAO DO CEMITERIO MUNICIPAL	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUCAO DO CEMITERIO MUNICIPAL	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENCAO DE ESGOTOS E GALERIAS PLUVIAIS	UNID	MANUTENÇÃO	120	
A	MANUTENCAO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	UNID	MANUTENÇÃO	01	
A	MANUTENCAO DE CEMITERIO	UNID	MANUTENÇÃO	01	
P	EXTENSAO DE REDE ELETRICA E MANUTENCAO DA ILUMINACAO PÚBLICA	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENCAO DA GARAGEM MUNICIPAL	UNID	MANUTENÇÃO	01	
A	RECUPERACAO E MELHORIA DAS ESTRADAS VICINAIS	UNID	UNIDADE	50	
A	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE LIMPEZA URBANA E COLETA SELETIVA	UNID	MANUTENÇÃO	40	
A	MANUTENCAO E LOCACAO DE MOTONIVELADORA, RETROESCAVADEIRA E ASSEMBLHADOS PARA A SEC OBRAS	UNID	MANUTENÇÃO	30	
P	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	UNID	UNIDADE	01	Fundo Municipal de Desenvolvimento Municipal - FEM
A	MANUTENÇÃO DA LAVANDERIA PÚBLICA	UNID	UNIDADE	01	
P	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	UNID	UNIDADE		



**PROGRAMA**  
9999 - RESERVA DE CONTING

**OBJETIVO**  
Destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

**UNIDADE RESPONSÁVEL**  
Secretaria de Finanças

**Denominação**

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
E Reserva de Contingência	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE FINANÇAS





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-4011-987053524bca



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS**

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros/PE - CEP 55880-000

Fone: (81) 3657.1156 | Fone/Fax: (81) 3657.1111

CNPJ: 11.361.870/0001-01

# **ANEXO II**

# **Metas Fiscais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2021**

Parametros iniciais

Município: Ferreiros - PE  
 Ano da LDO: 2021

PIB real (crescimento % anual)	3,30	2,40	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida pública do Governo (média % anual)	4,40%	5,60%	6,00%
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,60	3,50	3,50
Projeção do FIS do Estado de Pernambuco - R\$***			

Ano	Taxa de Crescimento do PIB real %***	Valor em (R\$)	
		Realizado	Previsão
2019	1,90%	205.000.000.000	
2020			
2021			
2022			
2023			

Fonte: Agência Condepe/Fiderr:

	2018	2019	2020*	2021*	2022*	2023*
INDICES DE INFLAÇÃO						
* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 20/03/2020.	3,75%	4,31%	3,40%	3,60%	3,50%	3,50%

Fonte: Secretaria de Finanças

\*\*\* Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-4011-987053524bca

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA', written in a cursive style.

AME/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS

Município de Ferreiros - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2021

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
			#DIV/0!			#DIV/0!			#DIV/0!
Receitas Primárias (i)	34.932.121,11	33.718.263,62	#DIV/0!	36.199.677,47	33.750.841,65	#DIV/0!	37.456.316,18	33.750.841,65	#DIV/0!
Despesa Total	33.208.342,41	32.054.384,37	#DIV/0!	34.403.842,74	32.085.354,99	#DIV/0!	35.607.977,23	32.085.354,99	#DIV/0!
Despesas Primárias (II)	34.932.121,11	33.718.263,62	#DIV/0!	36.199.677,47	33.750.841,65	#DIV/0!	37.456.316,18	33.750.841,65	#DIV/0!
Resultado Primário (III) = (i - II)	33.176.739,41	32.023.879,74	#DIV/0!	34.371.102,03	32.054.820,69	#DIV/0!	35.574.090,60	32.054.820,69	#DIV/0!
Resultado Nominal	31.603,00	30.504,83	#DIV/0!	32.740,71	30.534,30	#DIV/0!	33.886,63	30.534,30	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	-87.848,75	-84.796,09	#DIV/0!	-87.400,21	-81.510,28	#DIV/0!	-84.736,26	-76.353,48	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	1.151.710,65	1.111.689,82	#DIV/0!	1.094.125,12	1.020.391,62	#DIV/0!	1.039.418,86	936.591,34	#DIV/0!
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	323.525,22	312.283,03	#DIV/0!	236.125,01	220.212,46	#DIV/0!	151.388,75	136.412,18	#DIV/0!
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

FONTE: IBGE, CODEPE/FIDEM

Notas: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

PIB real (crescimento % anual)	3,30	2,40	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	4,40%	5,60%	6,00%
inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,60	3,50	3,50
Projeção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$*			
Índice para Deflação	1,036	1,072	1,110

\*Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.



Município de Ferreiros - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previsões em 2019 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	32.524.773,94	#DIV/0!	36.921.484,01	0,000	4.396.710,07	13,52
Receitas Primárias (I)	30.919.789,45	#DIV/0!	32.733.369,36	0,000	1.813.579,91	5,87
Despesa Total	32.524.773,94	#DIV/0!	36.249.961,66	0,000	3.725.187,72	11,45
Despesas Primárias (II)	30.890.364,37	#DIV/0!	32.470.188,04	0,000	1.579.823,67	5,11
Resultado Primário (III) = (I-II)	29.425,08	#DIV/0!	263.181,32	0,000	233.756,24	794,41
Resultado Nominal	-182.675,55	#DIV/0!	20.436,69	0,000	203.112,24	-111,19
Dívida Pública Consolidada	1.347.030,00	#DIV/0!	1.455.048,37	0,000	108.018,37	8,02
Dívida Consolidada Líquida	580.567,77	#DIV/0!	1.455.048,37	0,000	874.480,60	150,63

FONTES: Secretarias de Finanças

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2019

ESPECIFICAÇÃO		VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2019		0
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2019		205.000.000.000

Fonte: AGÊNCIA Condepe/Fidem

\*Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.




Município de Igararas - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2021

R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	31.124.185,59	32.524.773,94	1,04	33.783.482,70	3,87	34.432.121,11	3,80	36.189.677,47	3,60	37.436.316,18	3,50	
Receitas Primárias (I)	29.598.315,26	30.919.789,45	4,50	32.116.385,31	3,87	33.208.342,41	3,40	34.403.842,74	3,60	35.607.977,23	3,50	
Despesa Total	31.124.185,59	32.524.773,94	4,50	33.783.482,70	3,87	34.932.121,11	3,40	36.189.677,47	3,60	37.436.316,18	3,50	
Despesas Primárias (II)	29.560.157,29	30.890.364,37	4,50	32.085.821,48	3,87	33.176.739,41	3,40	34.371.192,03	3,60	35.574.090,60	3,50	
Resultado Primário (III) = (I - II)	28.157,97	29.425,08	4,50	30.563,83	3,87	31.603,00	3,40	32.740,71	3,60	33.886,63	3,50	
Resultado Nominal	-197.884,26	-182.675,55	-7,69	-169.193,80	-7,38	-87.848,75	-48,08	-87.400,21	-0,51	-84.736,26	-3,05	
Dívida Pública Consolidada	1.496.700,00	1.347.030,00	-10,00	1.212.327,00	-10,00	1.151.710,65	-5,00	1.094.125,12	-5,00	1.039.418,86	-5,00	
Dívida Consolidada Líquida	763.243,32	580.567,77	-23,93	411.373,97	-29,14	323.525,22	-21,35	236.125,01	-27,01	151.388,75	-35,89	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	33.683.099,41	33.926.591,70	0,72	33.783.482,70	-0,42	33.718.263,62	-0,19	33.750.841,65	0,10	33.750.841,65	0,00	
Receitas Primárias (I)	32.020.955,58	32.252.432,38	0,72	32.116.385,31	-0,42	32.054.384,57	-0,19	32.083.354,99	0,10	32.083.354,99	0,00	
Despesa Total	33.683.099,41	33.926.591,70	0,72	33.783.482,70	-0,42	33.718.263,62	-0,19	33.750.841,65	0,10	33.750.841,65	0,00	
Despesas Primárias (II)	31.990.482,57	32.221.739,07	0,72	32.085.821,48	-0,42	32.023.879,74	-0,19	32.054.820,69	0,10	32.054.820,69	0,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	50.473,01	50.693,31	6,72	30.563,83	-0,42	30.504,83	-0,19	30.534,30	0,10	30.534,30	0,00	
Resultado Nominal	-214.153,56	-190.548,87	-11,02	-169.193,80	-11,21	-84.796,09	-49,88	-81.510,28	-3,87	-76.353,48	-6,33	
Dívida Pública Consolidada	1.619.753,06	1.405.086,99	-13,25	1.212.327,00	-13,72	1.111.689,82	-8,30	1.020.391,62	-8,21	936.591,34	-8,21	
Dívida Consolidada Líquida	825.994,32	605.590,24	-26,68	411.373,97	-32,07	312.283,03	-24,09	220.212,46	-29,48	136.412,18	-38,05	

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

	2018	2019	2020*	2021*	2022*	2023*
ÍNDICES DE INFLAÇÃO	3,75%	4,31%	3,40%	3,60%	3,50%	3,50%
% Aplicação p/ valores Correntes	1,082	1,043	-	1,036	1,072	1,110

\* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 20/03/2020.




Município de Ferreiros - PE  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 2021

AMF - Demonstrativo 4 (D.R.F. art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

	2019	%	2018	%	2017	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	-10.848.013,41	100,00%	-12.586.249,95	100,00%	-73.729.436,70	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>-10.848.013,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>-12.586.249,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>-73.729.436,70</b>	<b>100,00%</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

	2019	%	2018	%	2017	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Patrimônio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-19.300.493,21	100,00%	-19.183.033,81	100,00%	-79.077.155,89	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>-19.300.493,21</b>	<b>100,00%</b>	<b>-19.183.033,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>-79.077.155,89</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria de Finanças




Município de Ferreiros - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)	R\$ 1.00
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>				
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis				
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>				
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida				
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMIS DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
<b>SALDO FINANCEIRO</b>				
VALOR (III)	(g) = (Ia - IIc) +	2018 (h) = ((Ib - IIe) +	2017 (i) = (Ic - IIi)	0,00
	0,00	0,00		0,00

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota :







Município de Ferraz - PE  
 LEI DE DIRETIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
 2021

		R\$ 1.000		
<b>RECEITAS</b>		2017	2018	2019
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>		1.082.889,17	918.681,88	1.392.725,86
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		1.082.889,17	918.681,88	1.392.725,86
Recursos de Contribuições das Seguradas		1.082.889,17	918.681,88	1.073.599,46
Pessoal Civil		1.082.889,17	918.681,88	1.073.599,46
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	319.126,40
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00	0,00	319.126,40
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00
Amortização de Empreendimentos		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>		2.040.149,10	1.774.970,79	4.030.040,11
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		2.040.149,10	1.774.970,79	4.030.040,11
Recursos de Contribuições		1.590.783,03	1.522.115,39	3.710.847,68
Pessoal		1.485.703,09	1.522.115,39	1.720.729,77
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	1.990.117,91
Regime de Débitos e Parcelamentos		105.079,94	0,00	0,00
Receita Patrimonial		1.254,21	110,99	59,23
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		448.111,86	256.744,38	319.133,20
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	1.990.117,91
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I) + (II)</b>		<b>3.123.038,27</b>	<b>1.693.652,67</b>	<b>3.432.645,06</b>
<b>DESPESAS</b>		2017	2018	2019
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>		4.761.890,34	4.998.324,49	5.283.738,22
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>		93.800,47	115.804,23	117.118,78
Despesas Correntes		93.800,47	115.804,23	117.118,78
Despesas de Capital		0,00	150,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA</b>		4.668.089,87	4.882.520,26	5.166.619,44
Pessoal Civil		4.668.089,87	4.882.520,26	4.808.948,94
Pessoal Militar		0,00	0,00	357.670,50
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>		0,00	0,00	0,00
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>		0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV) + (V)</b>		<b>4.761.890,34</b>	<b>4.998.324,49</b>	<b>5.283.738,22</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III) - (VI)</b>		<b>1.401.147,93</b>	<b>1.695.328,18</b>	<b>1.148.906,84</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>		2017	2018	2019
<b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>		0,00	0,00	1.990.117,91
Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário		0,00	0,00	1.990.117,91
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>		0,00	0,00	0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>		416,30	1.297,74	21.194,57

NOTA: Anexo 4 RREO 6º bimestre de 2019 e 2018 - publicado via SIAFI.



Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de Fercanas - PE  
 LÍZ DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
 2021

ME - Demonstrativa (RFB art. 4º, § 2º, inciso IV, c/cap. 2º)

RS 1.00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2019	3.472.075,24	2.507.264,29	964.290,95	1.269.092,36
2020	3.868.657,14	2.603.622,05	1.265.035,09	2.534.127,45
2021	4.254.372,05	2.690.751,37	1.563.620,68	4.097.748,13
2022	4.329.611,02	2.821.186,22	1.437.424,80	5.535.171,76
2023	4.754.413,74	3.056.138,56	1.698.275,18	7.233.446,94
2024	5.396.191,59	3.176.218,94	2.219.972,65	9.453.419,59
2025	5.953.736,12	3.392.513,60	2.471.219,52	11.924.639,11
2026	6.241.679,74	3.670.332,61	2.611.347,13	14.535.986,24
2027	6.722.755,71	3.899.140,35	2.863.615,36	17.399.601,60
2028	7.271.313,93	4.124.169,59	3.147.144,34	20.546.745,94
2029	8.038.495,12	4.210.844,03	3.847.649,09	24.394.395,03
2030	8.693.437,60	4.435.074,36	4.398.315,24	28.792.710,27
2031	9.355.642,66	4.399.509,28	4.956.133,38	33.748.843,65
2032	9.639.230,03	5.508.444,40	4.130.785,63	37.879.629,28
2033	10.327.813,26	5.701.504,40	4.626.308,86	42.505.938,14
2034	11.181.176,98	5.784.166,00	5.397.010,98	47.902.949,12
2035	11.899.820,51	5.916.550,71	5.983.269,80	53.886.218,92
2036	12.692.849,04	5.994.433,49	6.698.415,55	60.584.634,47
2037	13.274.576,66	6.607.859,70	6.666.716,96	67.251.351,43
2038	14.051.647,83	6.640.426,99	7.411.220,84	74.662.572,27
2039	14.935.192,70	6.708.590,76	8.295.990,94	82.958.563,21
2040	15.736.832,57	6.913.527,10	8.823.305,47	91.781.868,68
2041	16.892.324,69	6.899.542,72	9.972.781,97	101.754.650,65
2042	17.715.896,83	7.109.811,96	10.605.996,87	112.360.647,52
2043	18.876.566,45	6.964.541,28	11.912.025,17	124.272.672,69
2044	8.111.544,83	6.849.829,92	1.261.714,91	125.492.475,70
2045	8.638.245,97	7.320.306,69	718.937,88	126.211.413,58
2046	8.895.196,67	7.036.050,28	1.049.146,39	127.260.559,97
2047	8.150.139,31	6.722.987,67	1.427.151,64	128.687.711,61
2048	8.238.934,26	6.382.705,27	1.856.228,99	130.543.940,60
2049	7.991.340,33	6.004.183,02	1.987.157,31	132.531.097,91
2050	8.111.496,65	5.609.422,46	2.502.074,19	135.033.172,10
2051	8.282.502,96	5.195.439,19	3.087.063,77	138.120.235,87
2052	8.447.357,11	4.766.372,02	3.680.985,09	141.799.220,96
2053	8.668.992,09	4.326.911,99	4.342.078,10	146.141.299,06
2054	8.767.240,36	3.876.650,85	4.890.589,51	151.031.888,57
2055	8.760.887,74	3.430.522,59	5.330.365,15	156.362.253,72
2056	9.395.709,64	2.991.097,29	6.404.612,35	162.766.866,07
2057	9.783.166,36	2.564.898,28	7.218.268,08	170.005.134,15
2058	10.216.262,40	2.158.698,31	8.057.564,09	178.062.698,24
2059	10.899.717,26	1.729.176,29	9.170.540,97	187.233.239,21
2060	11.234.948,69	1.433.221,57	9.801.727,12	197.034.966,33
2061	11.823.053,38	1.125.296,62	10.697.756,76	207.732.723,09
2062	12.484.888,78	860.642,14	11.604.246,64	219.336.969,73
2063	13.161.145,66	639.301,07	12.521.844,59	231.858.814,32
2064	13.817.244,13	461.716,63	13.355.527,50	245.214.341,82
2065	14.719.436,38	322.347,10	14.397.089,28	259.611.431,10
2066	15.583.027,46	232.569,54	15.350.457,92	275.061.889,02
2067	16.533.994,93	176.376,12	16.357.618,81	291.419.497,83
2068	17.495.852,06	148.806,52	17.347.045,54	308.766.543,37
2069	18.523.742,73	139.936,97	18.383.805,76	327.150.349,13
2070	19.626.771,14	138.117,98	19.488.653,16	346.639.002,29
2071	20.796.090,33	136.967,54	20.659.122,79	367.298.125,08
2072	22.035.631,70	135.751,66	21.899.880,04	389.197.995,12
2073	23.349.836,86	134.456,06	23.215.380,80	412.413.375,92
2074	24.742.541,35	133.072,60	24.609.468,75	436.982.844,67
2075	26.219.109,41	132.039,11	26.087.070,30	462.969.915,07
2076	27.754.335,63	130.926,26	27.623.409,37	490.593.324,44
2077	29.443.537,47	129.761,62	29.313.775,85	519.907.099,29
2078	31.292.364,02	128.510,52	31.073.853,50	551.000.945,79
2079	33.066.795,23	127.176,07	32.939.619,16	584.940.564,95
2080	35.043.172,38	126.177,57	34.916.994,81	619.857.559,76
2081	37.136.192,07	125.113,44	37.011.078,63	655.868.638,39
2082	38.358.376,78	123.980,44	38.234.396,34	692.103.034,73
2083	41.738.076,57	122.774,02	41.615.302,55	733.718.337,28
2084	44.226.434,72	121.487,58	44.084.947,14	780.803.284,42
2085	46.853.715,15	120.525,81	46.733.189,34	827.536.473,76
2086	49.557.706,54	119.449,82	49.438.256,72	877.974.730,48
2087	52.629.998,95	118.408,38	52.511.590,57	929.486.321,05
2088	55.790.034,38	117.246,55	55.672.787,83	983.159.108,88
2089	59.120.631,23	116.008,02	59.004.623,21	1.042.163.732,09
2090	62.660.700,94	115.081,52	62.545.619,42	1.106.609.351,51
2091	66.413.512,20	114.024,77	66.299.487,43	1.176.908.838,94
2092	70.391.277,24	113.044,32	70.278.232,92	1.253.187.071,86
2093	74.638.182,20	111.927,61	74.526.254,59	1.336.713.326,45

L.N.L. Secretaria de Finanças  
 data: Projeção atuarial data-base: <31/12/2019>

Município de Ferreiros - PE  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
 2021

AMF - Demonstrativo 7 (RF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
<b>TOTAL</b>						

FONTE: Sistema <Nome>. Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>




Município de Ferreiros - PE  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 2021

AMF - Demonstrativo E (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2021
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Notas:

1 - O Município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2021.




I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Receitas

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	24.487.577,64	25.629.518,64	26.782.846,98	27.819.343,17	28.765.200,84	29.800.748,07	30.843.774,25
Receita Tributária	655.188,36	684.671,84	715.482,07	743.171,23	768.439,05	796.102,86	823.966,46
Receitas de Contribuições	524.284,91	547.877,73	572.532,23	594.689,23	614.908,66	637.045,38	659.341,96
Receita Patrimonial	361.830,38	173.212,89	181.007,47	188.012,46	194.404,88	201.403,46	208.452,58
Aplicações Financeiras (II)	320.478,33	130.000,00	135.850,00	141.107,40	145.905,05	151.157,63	156.448,15
Outras Receitas Patrimoniais	41.352,05	43.212,89	45.157,47	46.905,06	48.499,83	50.245,83	52.004,43
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	639.613,62	668.396,23	698.474,06	725.505,01	750.172,18	777.178,38	804.379,62
Transferências Correntes	21.347.218,20	22.347.843,02	23.353.495,96	24.257.276,25	25.082.023,64	25.984.976,49	26.894.450,67
Outras Receitas Correntes	959.442,17	1.267.516,93	1.261.255,19	1.316.688,94	1.355.252,42	1.404.941,50	1.453.182,96
RECEITA DE CAPITAL	3.912.724,04	4.088.796,62	4.272.792,47	4.438.149,54	4.589.046,62	4.754.252,30	4.920.651,13
Operações de Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.912.724,04	4.088.796,62	4.272.792,47	4.438.149,54	4.589.046,62	4.754.252,30	4.920.651,13
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIAS	1.345.330,46	1.405.870,33	1.469.134,49	1.525.989,99	1.577.873,65	1.634.677,10	1.691.890,80
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>29.745.632,14</b>	<b>31.124.185,59</b>	<b>32.524.773,94</b>	<b>33.783.482,70</b>	<b>34.932.121,11</b>	<b>36.189.677,47</b>	<b>37.466.316,18</b>

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as despesas

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES (I)	22.599.669,01	23.616.664,12	24.679.403,56	25.634.496,49	26.506.069,37	27.460.287,87	28.421.397,94
Pessoal e Encargos Sociais	12.708.950,00	13.280.852,75	13.878.491,13	14.415.588,75	14.905.718,77	15.442.324,64	15.982.806,01
Juros e Encargos da Dívida	47.649,29	200.000,00	209.000,00	217.088,30	224.469,30	232.550,20	240.689,45
Outras Despesas Correntes	9.848.059,72	10.135.801,37	10.591.912,43	11.001.819,44	11.375.881,30	11.785.413,03	12.197.902,48
DESPESAS DE CAPITAL (II)	5.673.483,22	5.968.789,97	6.237.385,52	6.478.772,34	6.699.050,60	6.940.216,42	7.183.124,00
Investimentos	5.544.375,63	5.428.789,97	5.673.085,52	5.892.633,93	6.092.983,48	6.312.330,89	6.533.262,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	129.107,59	540.000,00	564.300,00	586.138,41	606.067,12	627.885,53	649.861,53
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	788.543,83	824.028,30	861.109,57	894.434,51	924.845,28	958.139,71	991.674,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	683.936,08	714.713,20	746.875,29	775.779,36	802.155,86	831.033,47	860.119,64
RESERVA DO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (V) = (I)+(II)+(III)+(IV)</b>	<b>29.745.632,14</b>	<b>31.124.185,59</b>	<b>32.524.773,94</b>	<b>33.783.482,70</b>	<b>34.932.121,11</b>	<b>36.189.677,47</b>	<b>37.466.316,18</b>



iii - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	24.487.577,64	25.629.518,64	26.782.846,98	27.819.343,17	28.765.200,84	29.800.748,07	30.843.774,25
Receita Tributária	655.188,36	684.671,84	715.482,07	743.171,23	769.439,05	796.102,86	823.966,46
Receitas de Contribuições	524.284,91	547.877,73	572.532,23	594.689,23	614.908,66	637.045,38	659.341,96
Receita Patrimonial	361.830,38	173.212,89	181.007,47	188.012,46	194.404,88	201.403,46	208.452,58
Aplicações Financeiras (II)	320.478,33	130.000,00	135.850,00	141.107,40	145.905,05	151.157,63	156.448,15
Outras Receitas Patrimoniais	41.352,05	43.212,89	45.157,47	46.905,06	48.499,83	50.245,83	52.004,43
Receita de Serviços	639.614	668.396	698.474	725.505	750.172	777.178	804.380
Transferências Correntes	21.347.218,20	22.347.843,02	23.353.495,96	24.257.276,25	25.082.023,64	25.984.976,49	26.894.450,67
Outras Receitas Correntes	959.442,17	1.207.516,93	1.261.855,19	1.310.688,99	1.355.252,42	1.404.041,50	1.453.182,96
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	24.157.699,31	25.499.518,64	26.546.996,98	27.678.235,77	28.619.295,79	29.649.590,43	30.687.326,10
RECEITA DE CAPITAL (IV)	3.912.724,04	4.088.796,62	4.272.792,47	4.438.149,54	4.589.046,52	4.754.252,30	4.920.651,13
Operações de Créditos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (Vi)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (Vii)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.912.724,04	4.088.796,62	4.272.792,47	4.438.149,54	4.589.046,52	4.754.252,30	4.920.651,13
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	3.912.724,04	4.088.796,62	4.272.792,47	4.438.149,54	4.589.046,52	4.754.252,30	4.920.651,13
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.345.330,46	1.405.870,33	1.469.134,49	1.525.989,99	1.577.873,55	1.634.677,10	1.691.890,90
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	28.079.823,35	29.588.315,26	30.919.789,55	32.211.111,99	33.208.342,41	34.403.842,74	35.607.977,23
DESPESAS CORRENTES (X)	22.557.009,72	23.616.654,12	24.679.403,56	25.634.496,49	26.506.069,37	27.460.287,87	28.421.397,94
Pessoal e Encargos Sociais	12.708.950,00	13.280.852,75	13.878.491,13	14.415.588,75	14.905.718,77	15.442.324,64	15.982.806,01
Juros e Encargos da Dívida (Xi)	0,00	200.000,00	209.000,00	217.088,30	224.469,30	232.550,20	240.689,45
Outras Despesas Correntes	9.848.059,72	10.135.801,37	10.591.912,43	11.001.819,44	11.375.881,30	11.785.413,03	12.197.902,48
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	22.557.009,72	23.416.654,12	24.470.403,56	25.417.408,19	26.281.600,07	27.227.737,67	28.180.708,49
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	5.673.483,22	5.968.789,97	6.237.385,52	6.478.772,34	6.699.050,60	6.940.216,42	7.183.124,00
Investimentos	5.544.375,63	5.428.789,97	5.673.085,52	5.892.633,93	6.092.983,48	6.312.330,89	6.533.262,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (Xiv)	129.107,59	540.000,00	564.300,00	586.138,41	606.067,12	627.885,53	649.861,53
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	5.544.375,63	5.428.789,97	5.673.085,52	5.892.633,93	6.092.983,48	6.312.330,89	6.533.262,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	683.936,08	714.713,20	746.875,29	775.779,36	802.155,86	831.033,47	860.119,64
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	788.543,83	824.028,30	861.109,57	894.434,51	924.845,28	958.139,71	991.674,60
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	28.785.321,43	29.560.157,29	30.890.364,37	32.085.821,48	33.176.739,41	34.371.102,03	35.574.090,60
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-705.498,08	26.157,97	29.425,08	30.563,83	31.603,00	32.740,71	33.886,63

Nota:

- 1- Os dados relativos as receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.
- 2- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.




IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

	(B) 2017	(C) 2018	(D) 2019	(E) 2020	(F) 2021	(G) 2022	(H) 2023	(I) 2024	(J) 2025	R\$	1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.663.000,00	1.496.700,00	1.347.030,00	1.212.327,00	1.151.710,65	1.094.125,12	1.039.418,86				
DEDUÇÕES (II)	701.872,42	733.456,68	766.462,23	800.953,03	828.185,43	858.000,11	888.030,11				
Ativo Financeiro	2.127.463,10	2.223.198,94	2.323.242,89	2.427.788,82	2.510.333,64	2.600.705,65	2.691.730,35				
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
(-) Restos a Pagar Processados	1.425.590,68	1.489.742,26	1.556.780,66	1.626.835,79	1.682.148,21	1.742.705,54	1.803.700,24				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	961.127,58	763.243,32	580.567,77	411.373,97	323.525,22	236.125,01	151.388,75				
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	961.127,58	763.243,32	580.567,77	411.373,97	323.525,22	236.125,01	151.388,75				
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>961.127,58</b>	<b>(197.884,26)</b>	<b>(182.675,55)</b>	<b>(169.193,80)</b>	<b>(87.848,75)</b>	<b>(87.400,21)</b>	<b>(84.736,26)</b>				

Notas:

1- O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal.

\*: Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2017.



V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.663.000,00	1.496.700,00	1.347.030,00	1.212.327,00	1.151.710,65	1.094.125,12	1.039.418,86
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outra Dívidas	1.663.000,00	1.496.700,00	1.347.030,00	1.212.327,00	1.151.710,65	1.094.125,12	1.039.418,86
DEDUÇÕES (II)	701.872,42	733.456,68	766.462,23	800.953,03	828.185,43	858.000,11	888.030,11
Ativo Disponível	2.127.463,10	2.223.198,94	2.323.242,89	2.427.788,82	2.510.333,64	2.600.705,65	2.691.730,35
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.425.590,68	1.489.742,26	1.556.780,66	1.626.835,79	1.682.148,21	1.742.705,54	1.803.700,24
<b>DCL (III)=(I-II)</b>	<b>961.127,58</b>	<b>763.243,32</b>	<b>580.567,77</b>	<b>411.373,97</b>	<b>323.525,22</b>	<b>236.125,01</b>	<b>151.388,75</b>

Nota:

1- Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida será considerado igual a zero.







## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS**

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros/PE - CEP 55880-000

Fone: (81) 3657.1156 | Fone/Fax: (81) 3657.1111

CNPJ: 11.367.870/0001-02



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-4011-987053524bca

# **ANEXO III**

# **Riscos Fiscais**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2021**



Município de Ferreiros - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2021

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	200.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	100.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	100.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>300.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>300.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	1.500.000,00	Limitação de empenho e movimentação financeira	1.500.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:	800.000,00	Limitação de empenho e movimentação financeira	800.000,00
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.300.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.300.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.600.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.600.000,00</b>

Fonte: Secretaria de Finanças



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros/PE - CEP 55830-000

Fone: (81) 3657.1156 | Fone/Fax: (31) 3657.1111

CNPJ: 11.361.870/0001-02



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-4011-987053524bca

Ferreiros, 27 de Julho de 2020.

## JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores:

Com fulcro no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, encaminhamos a esta Casa Legislativa, o projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício financeiro de 2021, compreendendo as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, e normas sobre a política tributária.

O presente projeto de lei, em sua metodologia de elaboração, estrutura-se em princípios estabelecidos na Constituição Federal, de 1988, na Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, e alterações posteriores, na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, e suas alterações, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MOG, na Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 13 de julho de 2012, nas Portarias nºs 637, de 18 de outubro de 2012, e 753, e em recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco.

No que pertine à gestão fiscal responsável, o referido projeto atende à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e alterações posteriores, dispendo também sobre: o equilíbrio entre receitas e despesas; os critérios e forma de limitação de empenho; as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; e as demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Íntegra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para os exercícios de 2021, 2022 e 2023. O anexo contém ainda a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; o demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional; a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; a avaliação da situação financeira e atuarial (do regime próprio dos servidores públicos).

Também, não menos importante, este projeto contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas do município, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

A legislação vigente preconiza a compatibilidade do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Esta integração revela um instrumental importante na gestão informacional, demonstrando a origem das receitas e a destinação dos recursos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros/PE - CEP 55880-000

Fone: (81) 3657.1156 | Fone/Fax: (81) 3657.1111

CNPJ: 11.361.870/0001-82



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-4011-987053524bca

públicos, os quais serão avaliados e fiscalizados pelo Poder Legislativo, pelo Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco e por todos os cidadãos.

As prioridades apontadas no presente projeto da lei continuam firmemente respondendo aos grandes desafios dessa gestão, ou seja, a promoção do desenvolvimento sustentável do município, como a redução da pobreza, a melhoria do padrão de vida da população e a elevação da qualidade ambiental do município.

Portanto, apresenta-se o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, assim distribuído:

Capítulo I - As Metas e Prioridades, Metas Fiscais e Riscos Fiscais da Administração Pública Municipal - arts. 2º ao 7º dispõem sobre as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, estabelecidas por órgãos, programas e ações, conforme Anexo I;

Capítulo II - Da Estrutura e Organização dos Orçamentos- arts. 8º ao 15 estabelecem a organização e a estrutura dos orçamentos, onde expõem os conceitos básicos, as classificações, os quadros e os anexos que demonstram o comportamento da receita e da despesa;

Capítulo III - Das Diretrizes para a Elaboração e a Execução dos Orçamentos - arts. 16 ao 32 estabelecem as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos e suas alterações:

Capítulo IV - As Disposições para as Transferências - arts. 33 e 34 estabelecem as diretrizes gerais para as subvenções sociais.

Capítulo V - Das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais - arts. 35 ao 41 estabelecem as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e, ainda, determinam a Política de Pessoal do Município para 2021;

Capítulo VI - Das Alterações na Legislação e sua Adequação Orçamentária- arts. 35 ao 45 - estabelecem sobre alterações orçamentárias e disposições sobre a Legislação Tributária do Município e demonstram a política quanto aos tributos de competência do Município para 2021;

Capítulo VII - Das Disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo - arts. 46 e 47 - estabelecem as disposições sobre o controle externo exercido pelo Poder Legislativo:

Capítulo VIII - As Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal- art. 48 - estabelece garantia dos recursos orçamentário para pagamento da dívida municipal;

Capítulo IX - A Política de Aplicação de Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento - art. 49 - estabelece que o município não tem competência legislar sobre a Política de Aplicação de Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento;

Capítulo X - Da Transparência da Gestão Fiscal - arts. 50 ao 52 - estabelecem mecanismos de transparência na gestão municipal;

Capítulo XI - Das Disposições Finais - arts. 53 ao 59 estabelecem as disposições gerais, determinando as demais instruções da Lei Orçamentária Anual para 2021, sobre as obrigações, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS

Av. Francisco Freire da Silva, 32 - Centro - Ferreiros, PE - CEP 55830-000

Fone: (81) 3657.1156 | Fone/Fax: (81) 3657.1111

CNPJ: 11.361.870/0001-02



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://ctce.ree.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-4011-987053524bca

A Memória de Cálculo dos Anexos II - Metas Fiscais e Anexo III - Riscos Fiscais, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º, é parte integrante desta Mensagem.

Atenciosamente,

  
**Bruno Japhet da Matta Albuquerque**  
Prefeito



# **Câmara Municipal de Ferreiros**

Casa Vereador Antônio Jorge Pereira  
Praça Dezesesseis de Março, 74/76 – Centro – Ferreiros – PE  
CEP 55880-000 – fone: (0XX81)3657-1195  
C.N.P.J. 08.825.713/0001-04

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **Parecer nº 009/2020.**

**Parecer ao Projeto de Lei nº 008/2020, (do Poder Executivo Municipal) – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, e dá outras providências.**

### **I – Relatório**

Compete a Comissão de Justiça e Redação, manifestar-se sobre todos os assuntos entregues para sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico, e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário. Conforme disposto no Art. 42 “caput” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ferreiros.

### **II – Parecer do Relator**

O Projeto de Lei está de acordo com a Lei Orgânica do Município e obedece às técnicas Jurídicas e Legislativas. O referido Projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, e dá outras providências.

Após o cumprimento do art. 48, parágrafo único, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lc nº 101/00), que versa sobre a realização de Audiência Pública, e no que diz respeito à constitucionalidade da matéria, nada impede a sua tramitação legal nesta Casa Legislativa.

Desta forma, seja o Projeto de Lei nº 008/2020, acima referido, submetido à decisão soberana dos Senhores Vereadores, na forma como se encontra redigido, sem nenhuma alteração.

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIROS, em 27 de outubro de 2020.**

  
**BRUNO JAPHET DA MATTALBUQUERQUE FILHO**

**RELATOR**

**Câmara Municipal de Ferreiros**  
Praça Dezesesseis de Março, 74/76 – Centro – Ferreiros/PE  
Fone: (81) 3657-1195





# Câmara Municipal de Ferreiros

Casa Vereador Antônio Jorge Pereira  
Praça Dezesesseis de Março, 74/76 – Centro – Ferreiros – PE  
CEP 55880-000 – fone: (0XX81)3657-1195  
C.N.P.J. 08.825.713/0001-04

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 009/2020.

### III Parecer da Comissão

Inexistindo óbices constitucionais ou legais à proposição, esta Comissão alinha-se ao parecer apresentado pelo Relator e, manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação do Projeto de Lei nº 008/2020, de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, e dá outras providências.

Desta forma, seja o Projeto de Lei nº 008/2020, submetido à decisão soberana dos Senhores Vereadores, na forma como se encontra redigido, sem nenhuma alteração.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIROS, em 27 de outubro de 2020.

**FABIANO MARCOS DE MATOS BARBOSA**

**PRESIDENTE**

**BRUNO JAPHET DA MATTA ALBUQUERQUE FILHO**

**RELATOR**

**TARCÍSIO SARAIVA BORBA DE MENESES**

**MEMBRO**

Câmara Municipal de Ferreiros  
Praça Dezesesseis de Março, 74/76 – Centro – Ferreiros/PE  
Fone: (81) 3657-1195





# Câmara Municipal de Ferreiros

Casa Vereador Antônio Jorge Pereira  
Praça Dezesesseis de Março, 74/76 – Centro – Ferreiros – PE  
CEP 55880-000 – fone: (0XX81)3657-1195  
C.N.P.J. 08.825.713/0001-04



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://stc.e/tee/tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-4011-987053524bca

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

### Parecer nº 004/2020.

Parecer ao Projeto de Lei nº 008/2020, (do Poder Executivo Municipal) – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, e dá outras providências.

### **I – Relatório**

Conforme determinação, o Presidente da Casa encaminhou o referido Projeto de Lei para apreciação e elaboração de parecer por esta comissão.

A Comissão de Finanças analisou o Projeto em questão e, adotou o seguinte posicionamento:

### **II – Parecer do Relator**

Voto pelo conhecimento e aprovação do Projeto de Lei de nº 008/2020, de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre outras atribuições, tem como função fixar as prioridades e metas da administração pública. A fixação de prioridades e metas na LDO visa definir um conjunto de programações estratégicas do ponto de vista do planejamento das políticas públicas.

Observa-se que a matéria em análise é exposta com equilíbrio entre receitas e despesas, limitação de empenho e Anexo de Metas Fiscais, e cumpriu o art. 48, parágrafo único, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lc nº 101/00), que versa sobre a realização de Audiência Pública.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 008/2020 de iniciativa do Poder Executivo.

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIROS**, em 27 de outubro de 2020.

*Marcos Jacinto Maciel*  
**MARCOS JACINTO MACIEL**  
**RELATOR**

Câmara Municipal de Ferreiros  
Praça Dezesesseis de Março, 74/76 – Centro – Ferreiros/PE  
Fone: (81) 3657-1195





# Câmara Municipal de Ferreiros

Casa Vereador Antônio Jorge Pereira  
Praça Dezesesseis de Março, 74/76 - Centro - Ferreiros - PE  
CEP 55880-000 - fone: (0XX81)3657-1195  
C.N.P.J. 08.825.713/0001-04



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA  
Acesse em: <https://stc.ece.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: e661087-614c-4e52-a011-987053524bca

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

### Parecer nº 004/2020.


#### III Parecer da Comissão

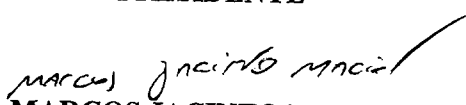
Inexistindo óbices constitucionais ou legais à proposição, esta Comissão alinha-se ao parecer apresentado pelo Relator e, manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação do Projeto de Lei nº 008/2020, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, e dá outras providências.

Desta forma, seja o Projeto de Lei nº 008/2020, submetido à decisão soberana dos Senhores Vereadores, na forma como se encontra redigido, sem nenhuma alteração.

Este é o nosso Parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIROS, em 27 de outubro de 2020.

  
BRUNO JAPHET DA MATTÁ ALBUQUERQUE FILHO  
PRESIDENTE

  
MARCOS JACINTO MACIEL  
RELATOR

LUIZ FRANCISCO DE VASCONCELOS JÚNIOR  
MEMBRO

Câmara Municipal de Ferreiros  
Praça Dezesesseis de Março, 74/76 - Centro - Ferreiros/PE  
Fone: (81) 3657-1195